

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017
Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.370	971	22.251	46.475
Concessionárias	5			33.755	35.067
Impostos e contribuições sociais	6			6.437	7.415
Dividendos a receber	9	28.322	17.000		
Cauções e depósitos vinculados	10			214	3.033
Prêmio de risco - GSF	11			2.294	2.294
Outros créditos	12			5.725	7.656
Total do Ativo Circulante		29.692	17.971	70.676	101.940
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais	6	11.159	8.461	11.159	8.461
Tributos diferidos	7	48.147	48.817	52.281	53.614
Cauções e depósitos vinculados	10			28.210	30.753
Prêmio de risco - GSF	11			23.511	25.805
Outros Créditos	12				4
Total do Ativo Não Circulante		59.306	57.278	115.161	118.637
Investimentos	13	827.890	871.252		
Imobilizado	14			1.128.163	1.153.195
Intangível	15			540.974	566.196
Total do Ativo Não Circulante		827.890	871.252	1.669.137	1.719.391
TOTAL DO ATIVO		887.196	928.530	1.854.298	1.838.028
		916.888	946.501	1.854.974	1.939.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	16	44	30	14.738	20.574
Impostos e contribuições sociais	6	3.512	1.859	12.281	8.354
Dividendos	9	3.770		3.770	
Debêntures	17	118.626	124.559	118.626	124.559
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			54.755	54.244
Uso do bem público	19			1.650	1.673
Provisões	20			13.390	11.870
Outras contas a pagar	12	7	7	1.070	99
Total do Passivo Circulante		125.959	126.455	220.280	222.271
Não circulante					
Tributos diferidos	7			177.310	183.877
Debêntures	17		116.255		116.255
Empréstimos e financiamentos	18			644.181	688.740
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	71.000	129.200	71.000	129.200
Uso do bem público	19			20.303	20.677
Provisões	20			1.967	4.054
Outras contas a pagar	12	3	36	7	309
Total do Passivo Não Circulante		71.003	245.491	914.768	1.143.142
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.1	707.824	578.624	707.824	578.624
Reservas de lucros	21.3	12.102		39.474	39.474
Prejuízos acumulados			(4.069)	(27.368)	(4.069)
Total do Patrimônio líquido		719.926	574.555	719.926	574.555
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		916.888	946.501	1.854.974	1.939.968

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício					
Resultado abrangente do exercício		19.941	35.333	19.941	35.333
Atribuível aos acionistas controladores		19.941	35.333	19.941	35.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Capital social					
Saldos em 31 de dezembro de 2015		525.624		486.222	486.222
Aumento de capital AGE de 12/04/2016		53.000		53.000	53.000
Lucro líquido do exercício			35.333	35.333	35.333
Saldos em 31 de dezembro de 2016		578.624	(4.069)	574.555	574.555
Reservas de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2016		578.624		574.555	574.555
Aumento de capital AGO de 28/04/2017		129.200		129.200	129.200
Lucro líquido do exercício			19.941	19.941	19.941
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal			793	(793)	-
Dividendos propostos				(3.770)	(3.770)
Dividendo adicional proposto			11.309	(11.309)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		707.824	12.102	719.926	719.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		22.151	(19.219)	29.923	(13.695)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Depreciações e amortizações		11.458	11.460	55.504	52.288
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			1		518
Amortização do prêmio de risco - GSF				2.294	2.294
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		24.171	50.598	88.095	120.403
Uso do bem público - atualizações monetária e AVP				1.331	2.911
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				257	12
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				152	2.808
Participações societárias		(60.356)	(43.840)		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(1.014)	(2.658)	(3.885)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(640)		(773)	(1.461)
Outros				774	509
(3.216)		(2.014)	174.899	162.702	162.702
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias				1.312	(4.180)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(68)	(83)	(19.068)	(9.967)
Estoques					(2)
Cauções e depósitos vinculados				(54)	(91)
Prêmio de risco - GSF					(23.194)
Outros ativos operacionais				1.935	(790)
(68)		(83)	(15.875)	(38.245)	(38.245)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		14	(3)	(5.836)	(6.672)
Outros tributos e contribuições sociais		3.121	1.894	7.181	16.168
Provisões				(2.613)	(3.221)
Uso do bem público				(1.728)	(1.601)
Outros passivos operacionais		(33)		(1.003)	(133)
3.102		1.891	(3.999)	4.541	4.541
(182)		(206)	155.025	128.998	128.998
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social pagos				(349)	(14.938)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais		(182)	(206)	155.025	128.998
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		75.940	15.679		
Adições ao Imobilizado e Intangível				(3.643)	(17.742)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento		75.940	15.679	(3.643)	(17.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados				8.074	963
Adiantamento para futuro aumento de capital		71.000	129.200	71.000	129.200
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão			27.000		27.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				361	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(116.666)	(116.667)	(168.816)	(168.145)
Pagamentos de encargos de dívidas		(29.693)	(54.580)	(85.876)	(113.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(75.359)	(15.047)	(175.257)	(124.482)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		399	426	(24.224)	(28.164)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.370	971	22.251	46.475
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		971	545	46.475	74.639
399		426	(24.224)	(28.164)	(28.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A Companhia adquiriu, em 2011, 100% da participação acionária da ECE Participações S.A. (ECE Participações), sendo esta detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari).

1.1 Concessões
 A ECE Participações detém o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Concessão	
					Instalada (MW)	Assegurada (MWm)	Início	Término
ECE Participações	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Independente	Concessão	392,95	217,7	21/12/1987	31/12/2044

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Em 31 de dezembro de 2017, a energia assegurada de 217,7 MWm: (i) 190 MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,00 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 3,4 MWm foram comercializados por meio de contratos de comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL no prazo de julho de 2017 a dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018, além dos 190 MWm já descritos, existem 20,9 MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWh até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA. O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

A ECE Participações recebeu da ANEEL em 17 de setembro, 14 de novembro, 19 e 31 de dezembro de 2014, as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jari. A energia gerada em 2014 (de setembro a dezembro) foi comercializada como sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e, a partir de 1º de janeiro de 2015, todas as unidades geradoras autorizadas passaram a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público - UBP
 A ECE Participações, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$21.953 (R\$22.350 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 19). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
 A ECE Participações aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.8.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração da Companhia e de sua controlada acreditam que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia e de sua controlada revisaram seus ativos e passivos financeiros e esperam o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia e sua controlada identificaram a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração de ambas acreditam que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia e sua controlada devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia e sua controlada possuem em aberto. Conforme descrito na nota 29.1, a Companhia e sua controlada possuem R\$240, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.8.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2017

Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia e sua controlada introduziram uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 28.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Liberação de recursos

Durante o exercício de 2017 a ECE Participações obteve a seguinte liberação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES	dez/17	mai/31	361 361	TJLP + 1,86% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Jari

3.2 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as demais alterações propostas na consulta pública.

3.3 Descontratação de energia

Em 24 de julho de 2017 foi realizada pela ECE Participações a descontratação de contratos de energia no ACR, por meio do MCSD - A0, de 20,9 MW médios sendo, 17,5 MW médios mantidos para *hedge* e 3,40 MW médios recontratados no ACL para as comercializadoras dos controladores em conjunto, na mesma proporção de suas participações societárias. Esta descontratação tem vigência de julho a dezembro de 2017.

3.4 Acréscimo de capacidade instalada

Em 29 de setembro de 2017 a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.347, homologou o aumento da capacidade instalada referente a UHE Jari, passando a mesma dos antigos 373,4 MW para os atuais 392,95 MW.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	115	971	8.486	18.496
Aplicações financeiras - renda fixa				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.255	-	13.765	13.889
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures				
Total	1.255	-	13.765	27.979
	1.370	971	22.251	46.475

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 90,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Já os investimentos financeiros da controlada ECE Participações estão remunerados à taxas que variam de 90,00% a 96,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

8 Partes relacionadas

Além dos dividendos a receber de sua Controlada (Nota 9), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora						(Despesas) Operacionais 2017	2016
			Ativo			Passivo				
			Circulante	Não circulante	31/12/2016	Circulante	Não circulante	31/12/2016		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 8.1)										
CTG Brasil		Controladora em conjunto			05/10/2015 a indeterminado		35.500	64.600		
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto			05/10/2015 a indeterminado		35.500	64.600		
			-	-	-	-	71.000	129.200	-	-
Outras contas a pagar										
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)										
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto			01/01/2015 a 31/12/2018		2	36	(29)	(31)
			-	-	-	-	2	36	(29)	(31)
			-	-	-	-	71.002	129.236	(29)	(31)
Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo			Passivo			Receitas (Despesas) Operacionais	
			Circulante	Não circulante	31/12/2016	Circulante	Não circulante	31/12/2016	2017	2016
Concessionárias (Nota 5) Venda de energia elétrica										
EDP Comercializadora		Controle comum			01/01/2015 a 31/12/2016					19.432
EDP Comercializadora		Controle comum			01/07/2017 a 31/12/2017	208			1.235	
CTG Brasil Comercializadora		Controle comum			01/07/2017 a 31/12/2017	208			1.235	
EDP Espírito Santo		Controle comum	141,14		01/01/2015 a 31/12/2044	519	605		5.195	4.895
EDP São Paulo		Controle comum	142,21		01/01/2015 a 31/12/2044	790	828		7.867	7.351
			1.725	3.079		-	-		15.532	31.678
Fornecedores (Nota 16)										
Suprimento de energia elétrica										
Cachoeira Caldeirão		Controle Comum	147,05		01/09/2016 até 30/11/2016		351			(4.837)
EDP Comercializadora		Controle Comum			01/01/2017 até 31/12/2046		1.577		(22.127)	
EDP Comercializadora		Controle Comum			01/10/2016 até 30/11/2016		1.097			(6.345)
Energest		Controle Comum	108,71		01/01/2017 até 31/12/2046		52		(608)	
			-	1.448		-	1.629	-		(11.182)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 8.1)										
CTG Brasil		Controladora em conjunto			05/10/2015 a indeterminado		35.500	64.600		
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto			05/10/2015 a indeterminado		35.500	64.600		
			-	-	-	-	71.000	129.200	-	-
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 12)										
Devolução - Prêmio de seguro										
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto			31/12/2016		4			
			-	-	-	-				
Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)										
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto			01/01/2015 a 31/12/2018		4	71	(58)	(62)
EDP Espírito Santo		Controle comum			29/07/2015 a 29/07/2019		1	1	(7)	(10)
Contrato de prestação de serviços (b)										
EDP - Energias do Brasil		Controladora em conjunto			01/01/2015 até 31/12/2017		38	237	(519)	(438)
EDP PCH		Controle Comum			01/01/2016 a 31/12/2018		38	5	(463)	(946)
			-	-	-	4	38	5	309	(1.047)
			1.725	4.527		4	1.667	71.005	129.509	(8.250)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avisos recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

a) Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

EDP - Energias do Brasil

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia e a ECE Participações possuem instaladas suas matrizes.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/2008, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e as empresas poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

EDP Espírito Santo

Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações do Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como contratada a EDP Espírito Santo e contratante a ECE Participações.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a ECE Participações foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

5 Concessionárias

Circulante

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	30.781	34.378
Energia de curto prazo	2.974	689
Total Circulante	33.755	35.067

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da ECE Participações.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a ECE Participações não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em Nota	Controladora				Saldo em 31/12/2017
		31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	5.378	83	68	640	(1.882)	3.084
IRRF sobre aplicações financeiras	6.2	3.000	4.998			(1.126)
IRRF sobre juros s/ capital próprio						
Total	8.461	5.066	640	-	(1.882)	-
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	1.540				(1.126)
PIS e COFINS	1.852	3.128			(1.882)	3.098
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		7	3	(10)		
Total	1.859	4.671	-	(10)	(1.882)	-
Circulante	1.859					3.512
Total	1.859					3.512

	Saldo em Nota	Consolidado				Saldo em 31/12/2017
		31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	7.115	9.970	810		(3.166)	3.084
ICMS		8				(9.213)
PIS e COFINS						

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e sua controlada gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Mantidos até o vencimento

Sa a Companhia e sua controlada têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
Caixa e equivalentes de caixa	4								
Aplicações financeiras	Nível 2	1.255		1.255		13.765	27.979	13.765	27.979
Mantidos até o vencimento									
Cauções e depósitos vinculados	10					27.847	33.263	27.847	33.263
Empréstimos e recebíveis									
Caixa e equivalentes de caixa	4								
Bancos conta movimento		115	971	115	971	8.486	18.496	8.486	18.496
Concessionárias	5					33.755	35.067	33.755	35.067
Outros créditos - Partes relacionadas	8						4		4
		1.370	971	1.370	971	83.853	114.809	83.853	114.809
Passivos financeiros									
Outros ao custo amortizado									
Fornecedores	16	44	30	44	30	14.738	20.574	14.738	20.574
Debêntures	17	117.570	241.870	118.626	240.814	117.570	241.870	118.626	240.814
Uso do bem público						19.151	17.957	21.953	22.350
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18					698.936	742.984	698.936	742.984
Moeda nacional						44	309	44	309
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	2	36	2	36	44	309	44	309
		117.616	241.936	118.672	240.880	850.439	1.023.694	854.297	1.027.031

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures e do Uso do bem público diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 8,4% a.a., que representa a taxa atual de financiamento da UHE Jari, incluindo o risco de crédito.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de risco

A Companhia e sua controlada adotam a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia e sua controlada apresentados nas notas 17 e 18, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e sua controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada possuem risco de mercado associado ao CDI e a TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado por ambas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

	Risco	Controladora						
		31/12/2017						
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)		
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Operação								
Aplicação financeira - CDB	CDI	48	48	12	24	(12)	(24)	
Instrumentos financeiros ativos								
Debêntures	CDI	48	48	12	24	(12)	(24)	
	(10.509)	-	(10.509)	(2.536)	(5.041)	2.563	5.165	
Instrumentos financeiros passivos								
	CDI	(10.509)	-	(10.509)	(2.536)	(5.041)	2.563	
	(10.461)	-	(10.461)	(2.524)	(5.017)	2.551	5.141	
		Consolidado						
		31/12/2017						
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Operação								
Aplicação financeira - CDB	CDI	865	865	216	432	(216)	(432)	
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.582	1.582	395	791	(395)	(791)	
Instrumentos financeiros ativos								
	CDI	2.447	-	2.447	611	1.223	(611)	
	(10.509)	-	(10.509)	(2.536)	(5.041)	2.563	5.165	
Instrumentos financeiros passivos								
	CDI	(10.509)	-	(10.509)	(2.536)	(5.041)	2.563	
	(8.062)	-	(8.062)	(1.925)	(3.818)	1.952	3.942	
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(51.621)(166.369)	(141.338)	(359.328)	(70.695)	(136.734)	70.695	
Instrumentos financeiros passivos								
	TJLP	(51.621)(166.369)	(141.338)	(359.328)	(70.695)	(136.734)	70.695	
	(166.369)	-	(166.369)	(359.328)	(70.695)	(136.734)	70.695	

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI estável em 7,00% a.a. e TJLP entre 5,00% e 6,75% a.a.

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e sua controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 17 e 18.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e sua controlada esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	31/12/2017					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Mais de 5 anos	Total	
Passivos Financeiros						
Fornecedores		44			44	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				2	2	
Debêntures			118.626		118.626	
		44	-	118.626	2	
		Consolidado				
		31/12/2017				
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores		2.958	3.976	7.804		14.738
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				38	4	44
Debêntures			118.626			118.626
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		6.712	8.730	39.313	208.510	435.671
Uso do bem público		141	280	1.229	5.699	21.953
		9.811	12.986	167.010	214.213	450.277
						854.297
						1.027.031

27.2.1.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e sua controlada possuem debêntures e contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 17 e 18. Até 31 de dezembro de 2017 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e sua controlada podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

27.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2017 foi negativo na Companhia em R\$96.267 (R\$108.484 negativo em 31 de dezembro de 2016) e no consolidado foi negativo em R\$149.604 (R\$120.331 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, aos juros e principal das Debêntures (na Companhia) e de Empréstimos e financiamentos (ECE Participações), que poderão ser pagos com fluxos de dividendos recebido da controlada, tendo em vista as receitas futuras do negócio e, se necessário, com aportes de capital dos acionistas para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela ECE Participações depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a ECE Participações à um risco com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a ECE Participações aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 89% para 20,9MWm, para a Conita Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento do prêmio.

Adicionalmente, no exercício de 2017, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a ECE Participações implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio (Nota 3.3).

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada apresentarem perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e de sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência *Fitch Ratings* (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todas as aplicações financeiras da Companhia e sua controlada encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.5 Risco regulatório

As atividades da ECE Participações são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCON-PA, ARSAP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A ECE Participações tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a ECE Participações atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Operacional e Técnico

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Leonardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP261342/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Jari - CEJA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

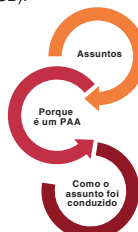
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA e da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos em sua auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade de tributos diferidos ativos e do ativo imobilizado e intangível (Notas 7, 14 e 15)	
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada possuem tributos diferidos ativos fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis, que deve considerar os limites de compensação de 30% do lucro tributável para compensação anual de prejuízos fiscais, conforme legislação vigente.	Como resposta de auditoria executamos, entre outros, os procedimentos de auditoria descritos a seguir.
Também, a administração tem a política de efetuar testes de recuperabilidade de seu ativo imobilizado e intangível anualmente.	Com o apoio de nossos especialistas de corporate finance, analisamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro e o processo usado em sua elaboração, acompanhamos a aprovação desse processo pelos órgãos de governança, bem como questionamos as principais premissas utilizadas, solicitando análises e estudos que deram base para as estimativas mais críticas, confrontando com as entidades comparáveis.
A realização destes ativos dependerá da geração de lucros futuros.	Testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.
Consideramos esse o principal assunto de nossa auditoria pois a avaliação realizada pela administração da Companhia sobre a realização desses ativos envolve premissas e julgamentos críticos e subjetivos na projeção de lucros futuros.	Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor

adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodadi
Contador CRC 1SP165875/O-6